

ICMS-EDUCAÇÃO E FINANCIAMENTO: MAPEAMENTO DA LITERATURA EM PERIÓDICOS DE 2011 A 2024

Marilda de Oliveira Costa

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Brasil

marilda.costa@unemat.br

Adriana Rodrigues dos Santos Brito

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc), Brasil

adriana_rsbrito@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este estudo, parte de uma pesquisa em andamento, visa mapear a literatura acadêmica sobre “ICMS-Educação” ou “ICMS Educação” entre 2011 e 2024. Para isso, foram analisados os periódicos da *Revista de Financiamento da Educação – Fineduca* e da SciELO Brasil, utilizando os descritores “ICMS-Educação” e “ICMS Educação”. A pesquisa abrange autores, áreas de concentração, palavras-chave e termos adotados nas análises, com base em ferramentas como Coogle e Word Cloud para sistematizar os dados coletados.

O Ceará foi pioneiro na distribuição do ICMS com base em resultados educacionais, iniciando essa prática em 2007 (Vidal; Costa; Oliveira, 2024). Os resultados do estado são considerados “boas práticas” ou “casos de sucesso”, recomendados por organismos internacionais como modelo para os municípios brasileiros (Word Bank Group, 2020).

A Emenda Constitucional 108/2020 altera o art. 158, II, da Constituição Federal de 1988. A partir disso, ao menos 10% dos 35% do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação destinados à educação devem ser distribuídos com base em indicadores de melhoria da aprendizagem e aumento da equidade, levando em conta o nível socioeconômico dos alunos.

O art. 14 da Lei n. 14.113/2020, que regulamenta o Fundeb permanente, destina 2,5% dos recursos para a complementação VAAR, a ser distribuída para as redes públicas de ensino que cumprirem cinco condicionalidades e alcançarem melhorias nos

indicadores educacionais. A Condicionalidade IV exige um regime de colaboração formalizado entre estado e município, conforme o art. 158 da CF, que estabeleceu prazo de dois anos para os estados aprovarem as leis estaduais, determinado pela EC 108/2020.

DESENVOLVIMENTO

Nas buscas foram localizados estudos nas áreas de Ciências Humanas (Educação) e Ciências Sociais e Aplicadas (Economia), totalizando sete artigos. Destes, seis são da área da Educação, o que não indica ausência de publicações sobre o tema em outras fontes.

Na Revista *Fineduca*, com base em filtros para o período definido (2011 a 2024), foram encontrados quatro artigos com o descritor “ICMS Educação” e dois com o descritor “ICMS-Educação”. A Tabela 1 traz a lista completa de artigos, incluindo títulos, autores, ano e área de concentração.

Tabela 1. Artigos localizados por meio do descritor ICMS Educação —~~Revista~~ *Fineduca*.

1	Título da obra	O ICMS Educacional nos estados da Bahia e de Santa Catarina: entre conformidades, contradições e desigualdades
	Autor(es)	Marcos O. Santos e Marcos E. Bassi
	Ano	2024
	Área de concentração	Educação
2	Título da obra	Aspectos históricos e políticos do protagonismo do ICMS na indução dos indicadores municipais da educação cearense
	Autor(es)	Eloisa M. Vidal; Anderson G. Costa; Ana G. L. S. Oliveira
	Ano	2024
	Área de concentração	Educação
3	Título da obra	A distribuição do ICMS-Educação no Estado do Paraná: uma problematização inicial em 12 municípios da região metropolitana de Curitiba
	Autor(es)	-Carlos E. Sanches, Andréa B. Gouveia
	Ano	2024
	Área de concentração	Educação
4	Título da obra	A distribuição de recursos do ICMS municipal em Alagoas por critérios educacionais: indicadores de qualidade na educação.
	Autor(es)	-Wellyngton C. M. da Silva. Karla de O. Santos
	Ano	2024
	Área de concentração	Educação

~~Elaborado~~ Elaborada pelas autoras (2025).

Com o descritor “ICMS-Educação” foram localizados dois artigos. Um dos artigos encontrados com o descritor ““ICMS-Educação”” (já listado acima) também foi

identificado na busca com o descritor ~~"ICMS Educação"~~, dos autores Carlos E. Sanches e Andréa B. Gouveia.

Tabela 2. Artigos localizados ~~através por meio~~ do descritor ICMS-Educação – *Fineduca*.

1	Título da obra	ICMS-Educação e Governança por Resultados em Mato Grosso: aspectos legais, programas e atores em movimento
	Autor(es)	Marilda de Oliveira Costa
	Ano	2024
	Área de concentração	Educação
	Instituição	Universidade do Estado de Mato Grosso — (UNEMAT)

~~Elaborado~~~~Elaborada~~ pelas autoras (2025).

A Revista *Fineduca* apresenta, em sua maioria, artigos publicados em 2024, sugerindo um novo interesse no ICMS—Educação e no financiamento. ~~Enquanto~~ ~~Entretanto~~, antes de 2020, o destaque era o impacto do Fundeb.

Na plataforma SciELO Brasil, foram utilizados os mesmos descritores de busca. Com o termo ICMS Educação, foram localizados três resultados, sendo que o artigo de ~~de~~ ~~Ciência Florestal~~, foi excluído por não contemplar os objetivos da pesquisa. Com o descritor ICMS-Educação, ~~não nenhum~~ ~~foi localizado nenhum~~ artigo ~~foi localizado~~, ~~conforme exposto na~~ (Tabela 3).

Tabela 3. Artigos localizados ~~através por meio~~ do descritor ICMS Educação – SciELO.

1	Título da obra	Distribuição da cota-parte do ICMS: como pode ser utilizada para promover melhores resultados na educação?
	Autor(es)	Maiara Sasso Sasso ; Patrícia Siqueira Varela Varela e Patricia Righetto Righetto
	Ano	2021
	Área de concentração	Educação – Ciências Humanas: Revista Brasileira de Educação
2	Título da obra —	Incentivos fiscais são efetivos na melhoria dos serviços educacionais? Cota-parte do ICMS no acesso à educação
	Autor(es)	Marleton S. Braz; Alesandra de A. Benevides; José W. F. Gomes; Rafael B. Barbosa
	Ano	2023
	Área de concentração	Economia: Ciências Sociais e Aplicadas ; — Revista Brasileira de Economia

~~Elaborado~~~~Elaborada~~ pelas autoras a partir da busca por ICMS Educação – SciELO 2024.

Os dados que emergem desse levantamento são analisados a ~~partir~~~~seguir~~ (das Figuras 1 e 2), ~~na sequência~~, sobre os termos utilizados nas palavras-chave e ~~nas~~ análises, a metodologia adotada pelos~~/(as)~~ autores~~(as)~~, conforme exposto na Figura 1, ~~a seguir~~.

criação do ICMS Educação inspirados em princípios da Nova Gestão Pública. A base legal pois, foi possível observar na base legal e na literatura destacam a interconexão que de princípios como indicadores e alocação de recursos por baseados em resultados educacionais, avaliações em larga escala e competição estão interligados. A governança por resultados envolve governos e o setor privado na definição de políticas, programas e ações, instrumentalizados para a definição de indicadores e variáveis para distribuição dos recursos, apontando para *accountability* na educação. Os estudos mostram que a qualidade da educação foi tratada de forma periférica, enquanto a equidade foi negligenciada; tanto a redução quanto a potencialização das desigualdades educacionais também foram também objeto de análise.

CONCLUSÕES

A análise das produções acadêmicas revela um campo de estudo em ascensão, focado no financiamento da educação e no ICMS-Educação. As principais tendências incluem a gestão por resultados, a identificação das desigualdades regionais e educacionais e os critérios de alocação de recursos. O trabalho ressalta a importância de pesquisar os impactos do VAAR para a melhoria da aprendizagem, com aumento da equidade e redução das desigualdades educacionais. Os achados oferecem uma visão abrangente para acadêmicos, gestores e formuladores de políticas, além de sinalizarem para futuras investigações sobre a temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Emenda Constitucional n. 108, de 26 de agosto de 2020. Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre [...] ICMS [...]. D.O.U, n. 165, p. 5, 27 ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundeb [...]. D.O.U, n. 246-C, p. 1, 25 dez. 2020.

BRAZ, Marleton M. Souza S. et al. Incentivo fiscais são efetivos na melhoria dos serviços educacionais? Cota-parte do ICMS no acesso à Educação. Revista Brasileira de Economia RBE, Rio de Janeiro, 2023, v. 77. Disponível em: <https://surl.li/tfyqgl>. Acesso em: 15-02-fev. 2025.

COSTA, Marilda M. de Oliveira. ICMS-Educação e Governança por Resultados em Mato Grosso: aspectos legais, programas e atores em movimento. Fineduca, Porto Alegre,

~~volume v. 14, n. 15, – 2024 | n. 15.~~ Disponível em: <https://surl.li/mvcftq>. Acesso em: ~~15 02-fev. 2025.~~

~~BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.~~

~~BRASIL. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Disponível em: https://surl.li/evtimq : 02-fev. 2025.~~

SANCHES, Carlos Eduardo.; GOUVEIA, Andréa A. Barbosa. A distribuição do ICMS-Educação no Estado do Paraná: uma problematização inicial em 12 municípios da região metropolitana de Curitiba. *Fineduca, Porto Alegre, Volume v. 14, –n. 30, 2024–n. 30.* Disponível em: <https://surl.li/hyihum>. Acesso em: ~~15 02-fev. 2025.~~

SANTOS, Marcos M. Oliveira.; BASSI, Marcos M. Edgar. O ICMS Educacional nos estados da Bahia e de Santa Catarina: entre conformidades, contradições e desigualdades. *Revista de Financiamento da Educação—Fineduca, Porto Alegre, Volume v. 14, n. 16, –2024–n. 16.* Disponível em: <https://surl.li/dusxyt>. Acesso em: ~~15 02-fev. 20242025.~~

SASSOL, Maíara.; VARELAL, Patrícia P. Siqueira.; RIGHETTOL, Patrícia. Distribuição da cota-parte do ICMS: como pode ser utilizada para promover melhores resultados na educação? *Revista Rev. Brasileira-Bras. de Educação., Rio de Janeiro, v. 26, e260071, 2021–1.* Disponível em: <https://surl.li/ypaerg>. Acesso em: ~~15 02-fev. 2025.~~

SILVA, Wellyngton W. Chaves C. Monteiro da.; SANTOS, Karla K. de Oliveira. A distribuição de recursos do ICMS municipal em Alagoas por critérios educacionais: indicadores de qualidade na educação. *Fineduca, Porto Alegre, Volume v. 14, n. 14, –2024–n. 14.* Disponível em: <https://surl.li/rmbarf>. Acesso em: ~~15 02-fev. 2025.~~

VIDAL, Eloisa E. Maia.; COSTA, Anderson A. Gonçalves.; OLIVEIRA, Ana A. Gardennya G. Linard L. Sório. Aspectos históricos e políticos do protagonismo do ICMS na indução dos indicadores municipais da educação cearense. *Revista de Financiamento da Educação—Fineduca., Porto Alegre, Volume v. 14, n. 13–, 2024–n. 13.* Disponível em: <https://surl.li/nobelm>. Acesso em: ~~15 02-fev. 20242025.~~

WORD BANK GROUP. *Implementando um mecanismo de incentivos para os governos municipais melhorarem os resultados da educação.* Um guia de implementação inspirado no caso do Ceará. *Washington, D.C.: WBG, 2020.* Disponível em: <https://surl.li/uarpbyb>. Acesso em: ~~15-15 fev. 2025jun. 2024.~~